

# EUROPA

DOSSIÊ

## SOCIALISTAS PROPÕEM UMA NOVA VISÃO PARA O FUTURO DA AGRICULTURA EUROPEIA

Nas instituições europeias prepara-se o terreno para a reforma da PAC em torno de inúmeros debates com a participação dos principais decisores europeus (Comissão Europeia, Conselho e Parlamento Europeu) e peritos na matéria. Os Socialistas Europeus colocaram-se na liderança dessa discussão com a apresentação de um documento de orientação, em preparação desde o final de 2009.

As propostas concretas apresentadas para o futuro da PAC definem uma política mais simplificada, com uma redistribuição mais equitativa das ajudas, com base em critérios ambientais e sociais, privilegiando uma agricultura ao mesmo tempo mais verde e competitiva e capaz de contribuir para a manutenção e a criação do emprego nas áreas rurais.

Para tal os Socialistas Europeus propõem uma nova arquitectura da PAC assente em três componentes essenciais. Um sistema remuneratório para pagamento de "bens públicos" fornecidos pelos agricultores, concentrando num único pagamento, por hectare, todas as ajudas direccionadas para a exploração agrícola, tendo como princípio a remuneração de serviços ambientais e sociais prestados pelos agricultores (bens públicos que os agricultores "produzem" para toda a sociedade e que o mercado não remunera).

Um sistema de regulação de mercados, que proteja adequadamente os agricultores dos efeitos de uma globalização desregulada e da exposição da actividade agrícola e pecuária às intempéries e às crises sanitárias.



Um sistema de apoio socio-estrutural, que subvencione os investimentos individuais nas explorações agrícolas, e os investimentos colectivos, na agro-indústria ou infra-estruturas necessárias para estimular o desenvolvimento rural, como são os caminhos, as electrificações, as obras de regadio e outras, essenciais para a melhoria das condições de produção, a competitividade da economia rural e a diversificação da sua base económica.

Os Socialistas estão empenhados num amplo debate em torno deste tema, envolvendo não só os decisores políticos, os agricultores e outros agentes do desenvolvimento rural, mas outros segmentos da sociedade.

Nesse sentido têm vindo a ser realizadas diversas iniciativas, sendo de referir, no plano euro-

peu, a que juntou destacados membros socialistas do PE como o coordenador agrícola do grupo dos Socialistas Europeus, Capoulas Santos, o Presidente da Comissão de Agricultura, Paolo de Castro, o Comissário da Agricultura Dacian Cioloș e a presidente do Conselho Agrícola da UE, a Ministra espanhola Elena Espinosa.

No plano nacional merece ser realçada a iniciativa promovida pelos deputados socialistas da comissão da agricultura da Assembleia da República, coordenados por Miguel Freitas, que contou com a participação de todas as confederações agrícolas portuguesas, de reputados especialistas como os Professores Francisco Avillez, António Covas, Lima Santos e Francisco Cordovil e do Ministro da Agricultura, António Serrano.

### Volta a falar-se da reforma da PAC. Trata-se apenas de mais uma, ou de uma revolução na agricultura europeia para depois de 2014?

O Comissário europeu da agricultura já veio esclarecer que não pretende uma "revolução". Os socialistas também não. Mas querem uma reforma profunda, não uma reforma cosmética. Queremos transformar um momento de dificuldade, como é aquele que vivemos, numa oportunidade para reconciliar a sociedade europeia com a PAC e colocá-la ao seu serviço, fornecendo-lhe alimentos e matérias primas de qualidade e a preços justos, num quadro de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social.

A PAC foi uma política bem sucedida no passado ao cumprir o seu primeiro objectivo que foi alimentar uma Europa faminta e destrozada pela guerra. Tem contudo tido dificuldade em adaptar-se às novas realidades resultantes do processo histórico que a União Europeia conheceu desde a sua fundação. Tornou-se socialmente injusta e por isso mal vista perante a sociedade. A Europa precisa mais do que nunca de garantir a sua segurança alimentar, entendendo da forma mais lata este conceito. E precisa de fazê-lo dando resposta ao mesmo tempo aos desafios do presente e do futuro. Respeitando o ambiente, primando pela qualidade e sobretudo por uma maior equidade e justiça entre agricultores e Estados-Membros, tanto mais necessárias quanto o período transitório de integração dos novos Estados-Membros na PAC chega ao fim.

### Que expectativas tem então para o desfecho desta negociação?

O contexto não é fácil. O processo que está agora a iniciar-se vai ocupar o Parlamento, o Conselho e a Comissão durante os



próximos 2 anos, e a desfecho vai "cair" em cima das eleições presidenciais francesas. Para além disso, toda esta negociação vai decorrer em paralelo com a discussão das perspectivas financeiras para lá de 2013 (o orçamento plurianual da união). E, em 2013, como já disse atrás, termina ainda o período de "phasing in" na PAC dos novos estados membros, o que significa que teremos portanto mais beneficiários e menos dinheiro. Tenho contudo esperança de que a situação de crise que temos vivido tenha alertado mais a sociedade para a importância da agricultura e que isso obrigue os decisores europeus a um maior pragmatismo. Considero uma enorme vantagem a co-decisão

Conselho/Parlamento que o Tratado de Lisboa introduziu. O facto de o PE ter agora os mesmos poderes de decisão que o Conselho em matéria agrícola vai tornar mais transparente este processo e tornar mais exigente uma solução final equilibrada.

### Quais são então as linhas gerais que os socialistas preconizam para essa PAC mais justa e mais adaptada aos desafios do presente e do futuro?

Queremos criar uma nova arquitectura para a PAC. Pôr fim ao critério inaceitável para atribuição de ajudas aos agricultores: as quantidades produzidas durante um certo período histórico – o anos 2000/2002.

Não queremos "subsidiar" agricultores com base no princípio de que mais produz, porque maior é, mais recebe. Queremos remunerar os agricultores pelos serviços que prestam – e só os que prestam esses serviços, como paisagens e florestas cuidadas e limpas, produtos são, produção sustentável, pecuária responsável e respeito pelos "direitos" dos animais, contributos para a manutenção da biodiversidade e o combate às alterações climáticas. E por último, e tão ou mais importante que os demais, o emprego rural.

Queremos uma PAC também que defenda e proteja os agricultores dos riscos e crises da agricultura associados à volatilidade dos mercados ou à inclemência do clima ou ainda às pragas e doenças que afectam plantas ou animais. Queremos ainda uma PAC que ajude os agricultores, as empresas transformadoras privadas ou cooperativas nos seus investimentos estruturais para as tornar mais competitivas e modernas. Assim como que mantenha os apoios aos investimentos estruturais de índole colectiva como as obras de irrigação, ou as vias de comunicação no meio rural.

## UMA NOVA PAC



**Luís Paulo Alves**

**D**epois de vários meses de debate interno e preparação, os socialistas europeus apresentaram publicamente no passado mês de Março, aqui no Parlamento Europeu, o seu projecto para a reforma da PAC pós 2013. Este é um modelo que defende uma política agrícola forte, comunitária, alimentar e ambiental, que dá resposta aos novos desafios, como as alterações climáticas, a escassez de recursos ou a perda de biodiversidade. Um modelo que defende um orçamento ambicioso, pois nunca a PAC enfrentou tantos desafios, que serão impossíveis de ultrapassar sem meios adequados.

Este novo modelo defende o fim dos critérios históricos, que têm feito de Portugal e dos agricultores portugueses dos menos beneficiados por esta política comunitária, assentando a sua nova base de atribuição de ajudas em critérios ambientais e sociais. Defende a coesão económica, social e territorial em favor de uma agricultura em todo o território europeu. Fundamenta-se nos princípios da legitimidade, da equidade e da eficácia. Legitimidade pois é uma política dirigida para 500 milhões de cidadãos e não só para os agricultores, equidade na distribuição de fundos entre os Estados-Membros e entre produtores agrícolas, e eficácia na utilização dos recursos e no alcance dos objectivos traçados. O nosso modelo assenta em três vectores: Um sistema integrado de pagamentos contratualizados numa base voluntária; um sistema de regulação para gestão de riscos e crises; e um sistema de ajudas para as medidas estruturais. Os pagamentos são atribuídos a três níveis; um primeiro nível com um pagamento base feito a todos os agricultores que aceitem fazer um contrato de gestão e manutenção para a área agrícola, desligado e condicional; um segundo nível ligado aos handicaps naturais; e um terceiro nível de pagamento às regiões ambientalmente sensíveis.

Por isso, e tal como se pode comprovar, o projecto dos Socialistas Europeus, é um projecto que se adequa a todas as regiões europeias, em especial àquelas que como os Açores, se encontram afastadas, apresentam uma enorme vocação agrícola e um riquíssimo património ambiental. Por isto, esta é a Política Agrícola Comum que permitirá à agricultura açoriana continuar o seu progresso e contribuir para a estratégia de desenvolvimento sustentável escolhida pelos Açores.

## Votadas medidas apresentadas por Correia de Campos para reforçar a qualidade da informação sobre medicamentos na UE

Os deputados da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores do Parlamento Europeu aprovaram recentemente, por esmagadora maioria (34 votos a favor e 2 contra), uma série de propostas apresentadas por Correia de Campos que visam introduzir melhorias substanciais na qualidade da informação fornecida ao público sobre medicamentos sujeitos a receita médica na União Europeia.

"A legislação actual cria distorções no mercado europeu dadas as diferentes interpretações dos textos em vigor", afirma o Deputado socialista. "O objectivo é reforçar os mecanismos de informação ao consumidor tornando-a mais clara, simples e perceptível o que muitas vezes não é possível, tal a complexidade do documento (bula) que acompanha os medicamentos", sublinha Correia de Campos que manifestou a sua satisfação com o resultado da votação.

O Parecer do Deputado recomenda à UE e aos Vinte e Sete Estados-Membros que facultem aos consumidores informação:

- Fiável: baseada no conhecimento científico mais actual;
- Independente: saber quem fornece e quem financia a informação para prevenir conflitos de interesse;



- Orientada para um público médio e não especializado.

Neste sentido, Correia de Campos preconiza medidas que permitam concretizar a distinção entre publicidade e informação. O Deputado considera necessário sujeitar

a informação a circular na Internet a um controlo prévio da Agência Europeia de Medicamentos, que deverá ser responsável por assegurar o acompanhamento da execução da lei pelos fabricantes e incorporar a experiência positiva e negativa, observada no uso dos medicamentos. O Deputado defende igualmente que o prazo dado à Agência Europeia para se manifestar sobre a informação a divulgar deve ser alargado dos 60 dias propostos pela Comissão Europeia para 120 dias. Outra proposta contida no documento aponta para a necessidade de ser criada uma base de dados europeia sobre os medicamentos,

acessível ao público em geral, em todas as línguas oficiais da UE.

O Parecer aprovado será agora dirigido à Comissão de Saúde Pública do PE "subindo" depois a plenário para votação provavelmente em Julho ou Setembro.

## Comissão do PE aprova propostas de Edite Estrela para reforçar participação das mulheres na tomada de decisão

A Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros do Parlamento Europeu aprovou recentemente uma série de recomendações apresentadas pela Deputada Edite Estrela que visam promover uma maior participação das mulheres na tomada de decisão económica na UE.

A Deputada socialista e Vice-Presidente desta Comissão parlamentar solicita "à Comissão Europeia que elabore um estudo ao nível da UE para averiguar a relação entre o número de mulheres nos conselhos de administração (CA) e o desempenho financeiro das empresas" tendo em conta os resultados de investigações recentes que concluem que as empresas com três ou mais mulheres no



CA apresentam melhores resultados financeiros.

A Comissão dos Direitos da Mulher votou o relatório sobre "aspectos relativos ao género na crise económica e financeira" que, segundo Edite Estrela, contribui para "uma mudança do paradigma vigente" salientando a necessidade de uma maior participação feminina na liderança e monitorização do sector financeiro. Nos debates em sede de Comissão parlamentar, a eurodeputada socialista tem afirmado que uma maior participação das mulheres na tomada de decisão económica é não só "uma questão de justiça e igualdade de oportunidades, mas também uma vantagem económica".

## EDITE ESTRELA QUESTIONA ANTÓNIO GUTERRES SOBRE "REFUGIADOS DO CLIMA"

Edite Estrela participou recentemente num debate que teve lugar no PE e que contou com a presença de António Guterres, Alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados. A Deputada manifestou preocupação com o aumento substancial de uma nova categoria de "refugiados do clima" que, de acordo com os especialistas, tem origem nos impactes das alterações climáticas que já se fazem sentir sobretudo em África, e que provocam o êxodo das populações devido à falta de meios de subsistência. No seguimento da Cimeira de Copenhaga, que considera "ter sido um fracasso", Edite Estrela procurou saber junto do Alto-comissário quais as recomendações da ONU para a UE responder a este problema. António Guterres, responsável pela ajuda a mais de 42 milhões de refugiados e deslocados em todo o Mundo, afirmou que "reduzir as emissões de CO2 é muito importante, mas não é suficiente" sublin-



hando que "as mudanças climáticas estão a ter impactes e esses sentem-se, principalmente, nos países mais vulneráveis". Segundo o ex-Primeiro-Ministro português, "a Europa está consciente da necessidade de assumir responsabilidades e terá que ser um promotor importante no apoio de países terceiros para uma maior adaptação aos efeitos das alterações climáticas".

## Vital Moreira preside Delegação do PE ao Brasil

O Presidente da Comissão do Comércio Internacional do Parlamento Europeu, Vital Moreira, chefiou uma Delegação do Parlamento Europeu que se deslocou ao Brasil entre 7 e 9 de Abril. Os eurodeputados mantiveram um intenso programa de reuniões e contactos em Brasília e em São Paulo com autoridades políticas nacionais e representantes da sociedade civil, com o objectivo de abordar assuntos comerciais de interesse comum e de reforçar os laços entre a UE e o Brasil. As questões relacionadas com o comércio bilateral, a ronda de Doha, as negociações de Acordos de Associação entre a UE e aquela região da América Latina estiveram no centro dos debates e foram abordadas ao mais alto nível com os Ministros das Relações Externas e do Comércio Externo. Temas relacionados com a pirataria de propriedade intelectual foram tratados com representantes do Ministério da Justiça. De destacar igualmente os encontros com representantes do Congresso brasileiro, que apontaram o Parlamento Europeu como um modelo a seguir por parte do Parlamento do Mercosul. Nas reuniões com os membros das Comissões das Relações Externas e dos Assuntos Económicos e Comerciais da Câmara dos Deputados, Vital Moreira instou os parlamentares brasileiros a desempenharem um papel mais activo na conferência parlamentar da OMC. A Delegação do PE encontrou-se ainda com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, tendo Vital Moreira informado sobre os novos poderes do Parlamento Europeu na área do comércio internacional e abordado a questão das relações bilaterais UE-Brasil. Sublinhou ainda a importância do Brasil enquanto líder regional e global nas negociações multilaterais de comércio. Os Deputados europeus também mantiveram encontros com as principais centrais sindicais. A missão terminou com uma visita a uma fábrica de produção de etanol na região de Ribeirão Preto (Estado de São Paulo), uma das indústrias em grande desenvolvimento no país. Tendo sido a primeira missão externa da Comissão de Comércio Internacional, a visita ao Brasil realizou todos os seus objectivos.



## Elisa Ferreira integra Delegação do PE em visita à Índia

A Deputada Elisa Ferreira integrou a Delegação do Parlamento Europeu que se deslocou à Índia entre 25 e 30 de Abril para estreitar relações entre a UE e o país asiático. Os membros do PE mantiveram múltiplos encontros com as autoridades, representantes de partidos políticos, sindicatos e outras organizações da sociedade civil, e visitaram as cidades de Nova Deli e Hiderabad. Reuniram-se com os Ministros da Agricultura, das Relações Externas e das Comunicações. Várias mesas redondas foram organizadas para debater em particular as relações entre a UE e a Índia, questões relacionadas com a energia e as alterações climáticas, o Afeganistão e o Paquistão.

De sublinhar os encontros com deputados indianos com o objectivo de fortalecer as relações entre parlamentos europeu e indiano. A Delegação europeia teve igualmente a oportunidade de visitar projectos de cooperação levados a cabo por organizações humanitárias.

A Deputada Elisa Ferreira sublinha a importância da visita que permitiu reforçar os laços entre europeus e indianos numa altura em que a Índia assume um cada vez maior protagonismo no panorama internacional.



## EDITORIAL



**Edite Estrela**  
Presidente da Delegação

## A EUROPA MOSTRA A SUA UNIÃO

**D**epois de forte especulação e algum pânico entre os cidadãos europeus, os Chefes de Estado e de Governo da zona Euro e os Ministros das Finanças da UE adoptaram os mecanismos necessários para preservar e defender a economia e a moeda europeias dos ataques especulativos.

As Economias mais fragilizadas da União Europeia terão agora de dar sinais muito claros de que vão fazer o seu trabalho de casa, mas os especuladores ficaram a saber que, ao atacarem um, terão a resposta de todos os outros.

Os críticos e os eurocépticos dirão, como lhes é habitual, que demorou muito a resposta europeia ou que os grandes países, como a Alemanha, hesitaram demasiado por colocarem os seus interesses nacionais à frente dos interesses colectivos da Europa.

A verdade é que a história da União Europeia foi sempre feita deste modo. Aprendemos sempre com os próprios erros e, sobre as dificuldades, construímos melhores soluções.

A propósito dos 60 anos da Declaração Schuman, o Presidente do Conselho Europeu realçava, num artigo de opinião, a importância de estarmos todos juntos na aventura europeia. Atrevo-me a reforçar que, juntos, os 500 milhões de cidadãos europeus encorpam um Poder extraordinário que lhes permite tolerar momentos de crise excepcionais e sem precedentes, como os actuais, e superá-los com uma determinação e um dinamismo que só a união e dimensão da Europa garantem.

As decisões tomadas pelos 27 Estados-Membros aproximaram-nos do que alguns antevêm como inevitável. Que, a curto prazo, Bruxelas assumira uma maior e mais efectiva Governança Económica da União. Mas foram, antes disso, uma importante e decisiva resposta política a um ataque inédito à União Europeia.

Com a adopção destas medidas de protecção da Economia Europeia, a União está hoje mais forte e capaz. Estas medidas, excepcionais porque apenas serão usadas em momentos de excepção, passam a fazer parte de um quadro de referência comportamental da União como prevenção para este tipo de situações.

Estão para o sistema económico como as linhas de Defesa Militar e Policial para os movimentos criminosos. E são tão mais necessárias quanto os ataques especulativos à economia europeia se comportaram, afinal, ao nível dos mais sangrentos e brutais ataques às democracias.

Não tenhamos dúvidas. Ao atacarem as pontas mais vulneráveis, as economias mais frágeis, estes Terroristas de Colarinho Branco visaram atingir mais profundamente toda a Economia Europeia e o EURO.

A União Europeia está agora mais protegida. Os Estados-Membros terão ainda um caminho muito árduo pela frente para recuperarem a saúde económica. Os cidadãos terão de suportar uma dura factura. Mas, por esta via, estamos mais seguros de chegar a bom termo e de continuar a progredir.

## FICHA TÉCNICA

### Edição

Grupo Parlamentar do PS  
no Parlamento Europeu  
[www.delegptpse.eu](http://www.delegptpse.eu)

Editor Vasco Gandra  
Layout e Paginação

Gabinete de Comunicação do PS

Periodicidade Mensal

Tel. 00 322 2842133

Email [s-d.delegationPT@europarl.europa.eu](mailto:s-d.delegationPT@europarl.europa.eu)

# Parlamento Europeu aprova Declaração de Ana Gomes contra a Corrupção

A Declaração Escrita sobre os Esforços da União Europeia na Luta contra a Corrupção foi aprovada pelo Parlamento Europeu, a 6 de Maio. O texto, proposto pelos eurodeputados Ana Gomes, Monica Macovei, Simon Busuttill, Luigi de Magistris e Bart Staes, obteve as assinaturas de mais de metade dos Membros do Parlamento Europeu.

A Declaração insta a União Europeia desenvolver uma política coerente e a criar um mecanismo de combate à corrupção. O texto solicita à Comissão Europeia que disponibilize todos os recursos necessários ao

funcionamento desse mecanismo de vigilância e garanta um seguimento eficaz das respectivas conclusões e resultados e que adopte sanções dissuasoras para

os casos de corrupção e fraude. Ana Gomes salienta que "78% dos cidadãos europeus consideram a corrupção como um problema importante, segundo o Eurobarómetro de 2009. O combate à corrupção torna-se ainda mais fundamental para a justiça social e para a democracia em tempo de crise económica global". Ana Gomes promove também uma petição pública contra a corrupção, que já conta com mais de 6 mil assinaturas. A petição Stop Corrupção está disponível, em português, em [www.stopcorruption.eu](http://www.stopcorruption.eu).



## MISSÃO DO PE ACOMPANHOU ELEIÇÕES NO SUDÃO

As eleições que tiveram lugar de 11 a 15 de Abril no Sudão não corresponderam aos padrões internacionais para eleições democráticas, concluiu a Missão de Observação Eleitoral da União Europeia ao Sudão. Ana Gomes, que chefiou a missão do Parlamento Europeu enviada para observar o acto eleitoral, concorda com esta avaliação. "No norte do país, não houve uma real competição, porque vários partidos da oposição saíram da corrida antecipadamente, queixando-se da falta de condições para concorrer, e o partido no poder se empenhou em 'organizar' excessivamente a votação, nomeadamente indo a casa buscar as pessoas e providenciando-lhes transporte para irem votar", comenta a eurodeputada. "Já no Sul, houve verdadeira disputa eleitoral mas a organização foi muito deficiente, o que frustrou os eleitores dando origem a incidentes violentos".

Apesar de tudo, estas eleições constituíram uma etapa na implementação do Acordo de Paz que pôs fim à



guerra civil entre o norte e o sul do país e que prevê como passo seguinte a realização de um referendo sobre o Sul do Sudão. E, de algum modo, "permitiram um debate político sem precedentes no maior país africano, onde o povo claramente aspira à transformação democrática". A eurodeputada socialista acrescenta ainda que "no Sudão, uma questão sentida como fundamental é o combate à impunidade. Os resultados eleitorais não devem inibir o cumprimento do mandato de captura do Tribunal Penal Internacional contra o presidente al-Bashir por crimes contra a humanidade e crimes de guerra no Darfur".

## Luís Paulo Alves promove Exposição no Parlamento Europeu que assinala os Açores, Região Europeia do Ano 2010

O Deputado Luís Paulo Alves promoveu uma Exposição de fotografia sobre os Açores que decorreu de 10 a 13 de Maio, no Parlamento Europeu, em Bruxelas. O evento pretendia assinalar os Açores como "Região Europeia do Ano 2010" e promover a Região junto das instituições europeias dando assim a conhecer o que de melhor se faz, com exemplo nas boas práticas em várias áreas, nomeadamente, nas energias renováveis, na conservação e na manutenção de elevados padrões de qualidade ambiental e na investigação científica a nível europeu.

O Deputado açoriano também



convidou um grupo de empresários da Região ligados aos produtos tradicionais para manterem

encontros com a Câmara de Comércio Luso-Belga e a AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal). O grupo não pode deslocar-se a Bruxelas devido às perturbações no espaço aéreo açoriano. "Com esta exposição pretendi dar a conhecer melhor a nossa Região e permitir, igualmente, projectar no conjunto europeu e internacional os aspectos relacionados com os Açores, região ultraperiférica, através da promoção da imensa riqueza do património natural e humano do Arquipélago", afirmou Luís Paulo Alves.